

Grupo busca acordo, mas cresce pressão por cassação de mandato

Para integrantes do Conselho de Ética, é difícil ACM e Arruda não perderem mandato

TÂNIA MONTEIRO
e GÉRSON CAMAROTTI

BRASÍLIA – Uma nova articulação entrou em curso na noite de quinta-feira para tentar evitar a cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF). A saída seria transformar a punição em perda temporária do exercício do mandato, por 30 dias, prevista no Código de Ética do Senado. Depois do depoimento da ex-diretora do Prodasen Regina Borges, ACM reuniu-se com o primeiro-vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), e o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), para tentar encontrar uma saída honrosa para os dois. Só que o esforço pode ser em vão por causa da pressão crescente da opinião pública sobre o Congresso.

Mas o fato de os dois senadores terem premeditado – segundo depoimento de Regina Borges – a violação do painel é que torna o caso ainda mais grave e impossível de atenuante, na opinião de vários senadores.

Ontem, todas as declarações dos integrantes do Conselho de Ética do Senado indicavam que ACM e Arruda terão muita dificuldade para se livrarem de um eventual processo de cassação. O senador Jefferson Peres (PDT-AM), que integra a comissão, defendeu a acareação entre ACM, Arruda e a ex-

diretora do Prodasen. O relator do Conselho de Ética, Roberto Saturnino (PSBRJ), avisou que pedirá a quebra de sigilo telefônico de Arruda, ACM e dos funcionários do Senado acusados

RELATOR VAI
PEDIR QUEBRA
DE SIGILO
TELEFÔNICO

de participar da violação do painel de votação.

Segundo o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), está descartada qualquer tentativa de abafar ou arquivar o caso. **(Colaboraram Cida Fontes, da Agência Estado, e Renata Giraldi, especial para o Estado)**